

A SECUNDARIZAÇÃO DO TRABALHO FEMININO NOS SETORES DE TI E DE COSTURA PELA ÓTICA DA COMUNICAÇÃO

Mayra Castro Vizentiniⁱ

Yonara Santanaⁱⁱ

Roseli Figaroⁱⁱⁱ

Resumo: O artigo busca refletir, a partir do campo da Comunicação, sobre os conceitos que envolvem a divisão sexual do trabalho (KERGOAT, 2009), a secundarização da força de trabalho feminina (ABRAMO, 2007) e a sua incorporação rebaixada no mercado de trabalho. Há especial interesse em refletir porque as mulheres são maioria quando se fala de trabalho tradicional, força de trabalho barata e precarizada, e quais condicionantes dessa inclusão ainda persistem no capitalismo de plataforma (SRNICEK, 2019). Se por um lado a comunicação desempenha papel central no desenvolvimento e manutenção das cadeias de produção, sobretudo às relacionadas ao capitalismo de plataforma, por outro, a divisão sexual do trabalho e os discursos estereotipados contribuem para aprofundar a precarização do trabalho feminino e o preconceito. A análise se dá por meio de levantamento bibliográfico e entrevistas com trabalhadoras e chega à conclusão de que o trabalho, tanto no setor de TI, quanto no trabalho tradicional de costura, é gerenciado a partir de posição e disposição.

Palavras-chave: Comunicação. Gênero. Trabalho. Profissionais de TI. Costureiras.

THE MARGINALIZATION OF WOMEN'S WORK IN IT AND SEWING SECTORS FROM THE PERSPECTIVE OF COMMUNICATION

Abstract: The article seeks to reflect, from the field of Communication, on the concepts that involve the sexual division of labor (KERGOAT, 2009), and the marginalization of the female workforce (ABRAMO, 2007) and its lowered incorporation in the labor market. There is a special interest in reflecting on why women are the majority when talking about traditional work, cheap and precarious work force, and what conditions for this inclusion still persist in platform capitalism (SRNICEK, 2019). If, on the one hand, communication plays a central role in the development and maintenance of production chains, especially those related to platform capitalism, and in the advance of financialization, on the other hand, the sexual division of labor and stereotyped discourses contribute to deepening the precariousness of women's work and prejudice. The analysis is carried out through a bibliographical survey and interviews with workers and concludes that work, both in the IT sector and in traditional sewing work, is managed based on position and disposition.

Keywords: Communication. Gender. Work. IT professionals. Seamstresses.

LA SECUNDARIZACIÓN DEL TRABAJO FEMENINO EN LOS SECTORES DE LA INFORMÁTICA Y LA COSTURA DESDE LA PERSPECTIVA DE LA COMUNICACIÓN

Resumen: El artículo busca reflexionar, desde el campo de la Comunicación, sobre los conceptos que involucran la división sexual del trabajo (KERGOAT, 2009), y la marginación de la fuerza laboral femenina (ABRAMO, 2007) y su menor incorporación al mercado laboral. Hay un especial interés en reflexionar sobre por qué las mujeres son mayoría cuando se habla de trabajo tradicional, mano de obra barata y precaria, y qué condiciones para esta inclusión aún persisten en el capitalismo de plataforma (SRNICEK, 2019). Si por un lado la comunicación juega un papel central en el desarrollo y mantenimiento de las cadenas productivas, especialmente las relacionadas con el capitalismo de plataforma, y en el avance de la financierización, por otro lado, la división sexual del trabajo y los discursos estereotipados contribuyen a profundizando la precariedad del trabajo, el trabajo de las mujeres y los prejuicios. El análisis se realiza a través de un levantamiento bibliográfico y entrevistas a trabajadores y se llega a la conclusión de que el trabajo, tanto en el sector informático como en el de la costura tradicional, se gestiona en función del cargo y la disposición.

Palabras clave: Comunicación. Género. Trabajo. Profesionales de TI. Costureras.



1. INTRODUÇÃO

É comum a ideia de que a Revolução Industrial foi a grande responsável por tirar as mulheres de casa e torná-las parte da classe trabalhadora remunerada. Até esse momento, sob grande influência da ideologia vitoriana, bem como da religião, esperava-se, socialmente, que as mulheres mais ricas ficassem em casa, cumprindo o papel doméstico de esposa e mãe, e as de classes mais baixas se dedicassem ao trabalho rural familiar, ou ainda, ao trabalho industrial em domicílio compartilhado com a família, sem remuneração própria. Com o avanço da produção industrial, a melhoria da qualidade de vida e o crescimento do consumo de bens e serviços, a força de trabalho feminina começou, pouco a pouco, a ser incorporada pelas indústrias, comércio, serviços e, ao longo das últimas décadas, se estabeleceu como força de trabalho fundamental significativa (ABREU; ABRAMO, 1998).

A proposta desse artigo consiste em discutir, a partir do binômio comunicação e trabalho (FIGARO, 2008), os conceitos que envolvem a divisão sexual do trabalho e a secundarização da força de trabalho feminina no processo de incorporação destas ao mercado de trabalho tradicional e plataformizado. Tem-se especial interesse em avaliar por que as mulheres são maioria quando se fala de trabalho tradicional, mão-de-obra barata e precarizada, e quais condicionantes dessa inclusão ainda persistem no capitalismo de plataforma. Isso porque, se por um lado a comunicação desempenha papel central no desenvolvimento e manutenção das cadeias de produção, sobretudo às relacionadas ao capitalismo de plataforma (GROHMANN, 2020), e no avanço da financeirização, por outro a divisão sexual do trabalho contribui para aprofundar a precarização do trabalho feminino e para o rebaixamento do valor da força de trabalho no geral (ABRAMO, 1998).

O binômio comunicação e trabalho constitui-se como aspecto conceitual ontológico do ser social. Isso significa afirmar que o processo histórico da espécie está focado na atividade da autoprodução da sobrevivência cuja dimensão é dupla: ao mesmo tempo trabalho e comunicação; interação necessária para ação coletiva, para criação de instrumentos, abstração e planejamento da atividade de trabalho. Essa perspectiva é teórica e metodológica, porque implica estudar os processos de trabalho como processos comunicacionais. Ou seja, para explicar por que o trabalho feminino é subjugado e desqualificado, os interesses do capital, bem como um conjunto de discursos que o justificam. Esses discursos circulam sobretudo no próprio mundo do trabalho e se materializam, inclusive, como procedimentos téc-

nicos e organizacionais. Comunicação e trabalho, nessa perspectiva, propõem-se a analisar o trabalho como atividade humana e o lugar de trabalho como espaço de socialização onde, por meio dos discursos, o sujeito social se constrói.

Marx destaca o conhecimento do mundo a partir das condições de produção e reprodução e afirma que o trabalho é “uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, vida humana.” (MARX, 2020, p. 120). Assim, a luta pela sobrevivência humana e o seu desenvolvimento manifestam-se por meio do trabalho. É na atividade pela sobrevivência que se chega à abstração conceitual, permitida pela interação com outros seres humanos. Nas palavras de Marx e Engels, em *A ideologia alemã* (2007, p.34), “[...] a linguagem nasce, tal como a consciência, do carecimento, da necessidade de intercâmbio com outros homens”.

Dessa maneira, a atividade de trabalho aqui retratada ultrapassa a característica de emprego e é tida como um conceito extremamente complexo porque engloba, ao mesmo tempo, processos subjetivos e únicos de sujeitos individuais, interações sociais e transformações globais, materializados em processos comunicacionais no mundo do trabalho com força institucional.

Para cumprir tal proposta, neste artigo, optou-se por cruzar técnicas de pesquisa exploratória que combinam a discussão bibliográfica e documental (GIL, 2021) e discursos recolhidos em entrevistas com trabalhadoras. O objeto de análise do trabalho tradicional são as costureiras subcontratadas da indústria têxtil na cidade de São Paulo. Já para a análise do capitalismo de plataformas, utiliza-se o discurso das mulheres trabalhadoras em plataforma e em empresas de tecnologia da informação.

2. NO PRINCÍPIO: TRABALHO A DOMICÍLIO

Sobre a força de trabalho feminina, de forma específica, é possível encontrar grande literatura, especialmente de origem feminista, sobre a importância da saída das mulheres de casa para o ambiente fabril. A remuneração própria, a independência financeira, e a possibilidade de organização social, formaram as bases para os movimentos feministas de segunda geração, o movimento sufragista que lutava pelo direito das mulheres de votarem. Assim como as primeiras pesquisas sobre a divisão sexual do trabalho começaram a surgir na França, no início dos anos 1970, com o impulso do

movimento feminista (KERGOAT, 2009).

No entanto, é importante também lembrar que no processo de industrialização, a absorção da força de trabalho operária pelo ambiente fabril não foi imediata e o trabalho em domicílio supria grande parte da produção. Por isso, é necessário também avaliar por que o trabalho em domicílio foi usado como estratégia de incorporação da força de trabalho das mulheres pela indústria.

No início do século XIX, nos países berço da revolução industrial da Europa, como Inglaterra e França, dada sua importância, houve movimentação para a regulamentação do trabalho em domicílio, em busca de salários dignos e boas condições de trabalho, ainda que sem o apoio dos sindicatos que já eram formados majoritariamente por setores modernos. A iminência da guerra também demandou aumento, sobretudo na indústria de vestuário, do trabalho a domicílio (ABREU, 1986).

Entretanto, com o fim da primeira Grande Guerra Mundial, o trabalho em domicílio perdeu sua importância no debate público e as pesquisas sobre os trabalhadores nessa condição perdem força. Apesar disso, é possível encontrar maior quantidade de literatura sobre o tema na Itália. A partir de uma análise destas pesquisas, Abreu (1986, p.70) comenta que “[...] chama sempre a atenção para as inter-relações entre o trabalho em domicílio e o emprego feminino”.

Além dos fatores econômicos que favorecem o trabalho em domicílio e a sua feminização, para Abreu (1986, p.76),

A análise da experiência italiana demonstra que o trabalho a domicílio pode estar integrado dentro de uma lógica eminentemente capitalista de maximização de lucros, mas que fatores de natureza social e cultural devem ser levados em consideração na análise do problema (ABREU, 1986, p.76.)

Ou seja, aspectos socioculturais que domesticam as mulheres e suas ‘obrigações’ de cuidado precisam ser considerados quando se refere a posição, o trabalho a domicílio, e a sua disposição, o trabalho em domicílio. Elemento que pode explicar a baixa incidência de mulheres em empresas de tecnologia da informação, que podem demandar jornadas muito longas e viagens inesperadas, ou seja, um trabalho realizado mais no âmbito público, às vezes incompatível com o *home office* (trabalho em domicílio).

Já no caso do setor têxtil, a informalidade e a subcontratação ainda persistem, conforme Abreu (1986), devido às características específicas da indústria de confecção, sobretudo do ramo do vestuário feminino, como se verá mais à frente.

3. A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

As relações baseadas na divisão entre homens e mulheres de tarefas econômicas externas e domésticas são construídas com base nas relações sociais de sexo. Isso quer dizer que o trabalho social é dividido com base nas atribuições socioculturais dos sexos. E tem por características a “destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.)” (KERGOAT, 2009, p. 67).

Ainda que ao longo das décadas, com os avanços do capitalismo, além do aumento desenfreado de bens e consumo, as corporações tenham se visto obrigadas a utilizarem muito mais força de trabalho feminina, a divisão sexual do trabalho segue onerando muito mais as mulheres com o trabalho não-pago de reprodução social do que os homens. Mas a divisão desigual não afeta as mulheres apenas por lhes impor jornadas duplas ou triplas. A pior face desse processo sucede na completa desvalorização da sua presença no mercado de trabalho formal e informal, secundarizando suas carreiras e ganhos (ABRAMO, 2007), bem como justificada pelos discursos sociais da fragilidade, da feminilidade e da emotividade. Os assédios de todo tipo se justificam por essa “cultura” de discursos que reforçam o patriarcado e o machismo.

Com o crescimento do número de lares chefiados só por mulheres, é preciso considerar que nem sempre há a alternativa de divisão das atividades de cuidado, mas nem por isso se percebe maior valorização da força de trabalho feminina. Como lembra Abramo (2007, p.5), “a taxa de desemprego das mulheres é significativamente mais elevada que a dos homens, assim como a sua presença nos segmentos de informais e precários do mundo trabalho”.

Dessa forma, a famosa frase “o que eles chamam de amor, nós chamamos de trabalho não pago”, da intelectual e ativista italiana Silvia Federici, virou referência para o movimento feminista contemporâneo que popularizou os debates sobre a economia do cuidado ou trabalho reprodutivo. No entanto,

esse não é um objeto de estudo recente para a sociologia do trabalho e de correntes da economia. Em 1994, Milkman e Townsley argumentavam que a economia é organizada em torno do gênero e que análises econômicas que não considerem o trabalho não-pago de cuidado com a casa, com os filhos, crianças e idosos, outrora denominada inatividade econômica (BRUSCHINI, 2006), não abarcam todos os componentes econômicos importantes, e deixam de lado aspectos da divisão sexual do trabalho. “Argumentamos que essas forças supostamente não econômicas que moldam as relações de gênero são fundamentais para a compreensão da ordem social e econômica como um todo” (MILKMAN; TOWNSLEY, 1994, p. 600, tradução nossa).

O trabalho doméstico é discursivizado como atribuição natural e social das mulheres, portanto é generificado e, por isso, está na base da divisão sexual do trabalho e na estrutura social que aprofunda a desigualdade de gênero. Quando se olha então para o mercado de trabalho, as empresas e instituições, os “atores econômicos, relacionamentos e processos moldam e são moldados por estereótipos de gênero difundidos” (MILKMAN; TOWNSLEY, 1994, p. 601. Tradução nossa). Os autores reforçam que os espaços de produção econômica também são espaços de reprodução das desigualdades de gênero. Não poderia ser diferente, visto que a base material de produção da vida não se dissocia da base material relacional entre as pessoas. A sociedade se produz nas relações sociais e o mundo do trabalho é um eixo estruturante da sociedade. Isso implica que, “no nível individual, as instituições econômicas reproduzem continuamente o gênero, moldando as chances de vida de homens e mulheres de forma diferente” (MILKMAN; TOWNSLEY, 1994, p. 600, tradução nossa).

A divisão sexual do trabalho, como objeto de estudo, passa a ser vista primeiro a partir da ótica da atividade econômica produtiva. Os primeiros estudos sobre o trabalho da mulher no Brasil, segundo Bruschini (2006), estão voltados para a análise da introdução da força de trabalho feminina no mercado de trabalho.

Mas, pouco a pouco, as pesquisas se desligaram dessa referência obrigatória para analisar o trabalho doméstico como atividade com o mesmo peso do trabalho profissional. Isso permitiu considerar simultaneamente a atividade realizada nas esferas doméstica e profissional, e pudemos raciocinar em termos de uma divisão sexual do trabalho (KERGOAT, 2009, p. 69).

Frente a essa nova perspectiva de análise, que passa a considerar a esfera

doméstica de trabalho reprodutivo social, ainda é possível identificar outras desigualdades, tanto sobre o tempo de trabalho dedicado por homens e mulheres ao trabalho doméstico, como sobre quem realiza esse trabalho quando são remunerados. No entanto, o trabalho doméstico permanece como atribuição majoritariamente feminina. Embora tenha crescido a contribuição dos homens, as mulheres continuam dedicando muito mais horas ao trabalho doméstico do que eles.

4. INVISIBILIDADE E A COMODITIZAÇÃO DO TRABALHO DE REPRODUÇÃO SOCIAL

Berço da indústria têxtil, a história dos bairros Brás, Pari e Bom Retiro, na cidade de São Paulo, se confundem com a história mesmo da indústria de confecção no Brasil. No entanto, a partir do processo de reestruturação produtiva enfrentado pelo setor nos anos de 1990, os bairros periféricos passam a concentrar uma quantidade significativa de oficinas de costura subcontratadas. Uma das teorias que explica a recorrência dessas oficinas nessas regiões é o custo de vida mais barato, o que contribui para a persistência do trabalho informal, domiciliar, de baixa remuneração, assim como a sua localização, estão em regiões de fácil acesso aos bairros centrais, onde acontecem as vendas em atacado e varejo das mercadorias, bem como a sua distribuição para outros centros.

Logo, no caso das costureiras atravessadas muitas vezes pelo contexto doméstico e de informalidade, é possível refletir porque o trabalho feminino ganha lugar secundário, uma vez que essas trabalhadoras se encontram em lugares de maior fragilidade social e econômica, no qual o tempo do trabalho reprodutivo é maior, na mesma proporção em que falta o apoio do Estado com políticas públicas como as creches. Assim, é possível compreender por que os salários das mulheres neste contexto são vistos apenas como complemento à renda familiar, já que se espera que o seu ofício principal seja trabalho de reprodução social. Como afirma Abramo (2007, p.13):

A noção da mulher como uma 'força de trabalho secundária' estrutura-se em torno da ideia de que o movimento de entrada da mulher no mercado de trabalho – assim como muitas características relativas à sua permanência e ao seu desempenho no trabalho - estão determinadas basicamente pelos papéis que ela desempenha na esfera doméstica. Esses papéis estão associados fundamentalmente às funções de cuidado a elas assignadas pela ordem de gênero e pela divisão sexual do trabalho (ABRAMO, 2007, p. 13).

Por isso, é possível afirmar que a própria estrutura da indústria *fast fashion* impulsiona e se beneficia do trabalho feminizado informal e sazonal. Além da indústria de vestuário feminino ser muito maior do que a masculina, por características ligadas às mudanças de estações, o trabalho de costura e de cuidado com as roupas se inclui no trabalho de cuidado e de reprodução social, e a isso também pode ser atribuído à feminização da categoria.

Apesar da participação da força de trabalho feminina ter crescido substancialmente nos últimos anos no mercado de trabalho formal, essa ainda é pouco valorizada e vista até como desnecessária, já que as tarefas domésticas e privadas são de responsabilidade das mulheres. Assim, esse crescimento aponta mais “um deslocamento das fronteiras da desigualdade” e não sua superação” (ABRAMO, 2017, p. 6).

Esse movimento está baseado e é reforçado pelos padrões socioculturais patriarcais ainda encontrados em abundância nos meios de comunicação. Da publicidade à telenovela; nos memes e nas postagens das redes sociais o que permanece é o reforço da imagem da mulher como única responsável pelos valores da família, pela educação e a segurança dos filhos, ou então, quando não cumpre nenhum destes padrões é construída como a vilã irresponsável e sensualizada. Ou seja, “ao mesmo tempo em que conferem à mulher a função básica e primordial de cuidar do mundo privado e da esfera doméstica, atribuem a essa esfera um valor social inferior ao do mundo ‘público’ [...]” (ABRAMO, 2017, p. 10).

Cabe lembrar ainda que, embora inferiorizadas, essas trabalhadoras atuam de maneira complexa para integrar as rotinas das atividades de costura e de cuidados com a casa e a família, as quais demandam lógicas processuais de organização racionalizada dos tempos das tarefas, das relações entre familiares e pessoas da comunidade. A palavra faz parte desse processo. A palavra, segundo Schwartz e Durrive (2007), é a atividade mais próxima à do trabalho. Ajuda a organizar, a avaliar e a realizar a atividade produtiva. Pesquisar sobre como essas trabalhadoras falam sobre o trabalho e como o discurso organiza o trabalho delas pode indicar caminhos para mais bem compreendermos os sentidos do trabalho para elas. Essa é uma das nossas hipóteses de pesquisa.

5. O FEMININO NA ERA DA PLARTAFORMIZAÇÃO

Essas desigualdades podem ser verificadas nas novas formas de organização do capital. Sobre as transformações dos processos produtivos, Srnicek

(2018) explica que as empresas capitalistas adaptaram o seu modelo de negócios para tirarem o máximo de proveito da extração de dados e do grande volume de informações.

A distinção entre os gêneros na plataformização se mantém no trabalho informal, de acordo com um estudo¹ realizado por Maria Júlia Pereira, Célia Arribas e Ana Claudia Moreira Cardoso, no ano passado (2022), que investigou o trabalho das condutoras de Juiz de Fora, Minas Gerais, que atuam no setor do transporte individual de plataformas. Essas empresas incentivam mulheres a adentrarem um mercado tipicamente masculino, por meio de um discurso neoliberal que recorre à flexibilidade e ganhos fáceis. Contudo, é notória a apropriação das pautas feminista por essas plataformas que, na realidade, apenas reproduzem e reforçam as situações de precariedade e atribuem o “empoderamento” exclusivamente ao empreendedorismo e à autonomia financeira.

Dentre outras coisas, o estudo retoma o já acima explicado, que historicamente a divisão entre homens e mulheres designa aos homens a esfera produtiva e às mulheres a reprodutiva e que essa lógica impera na sociedade e no mercado de trabalho reproduzindo desigualdades e discriminações de gênero. Para ilustrar esse cenário, o estudo utiliza a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD-C) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2022, que afirma que “35,6% da força de trabalho feminina estava ocupada na faixa de até 39 horas semanais contra apenas 19,8% dos homens” (IBGE, 2022, p. 4).

Nas plataformas de transporte, impera majoritariamente a força de trabalho masculina (67%). Outra informação do estudo que evidencia a reprodução de desigualdades de gênero nas plataformas está no tempo dedicado ao trabalho remunerado. As mulheres possuem em média uma carga de trabalho de 25 horas semanais e os homens de 37 horas. Além disso, durante a pandemia 48% das mulheres deixaram de trabalhar nos primeiros meses. 32% dos homens fizeram o mesmo, o que corrobora com o entendimento da secundarização da força de trabalho feminina.

De acordo com as autoras, essa desigualdade está relacionada à responsabilidade das mulheres nas atividades de cuidado de crianças e enfermos. Os

¹Revista Ciências do Trabalho. “Plataformização do trabalho e empoderamento feminino: desconspasos entre discursos e práticas”. Disponível em: <https://rct.dieese.org.br/index.php/rct/article/view/293>. Acesso em: 29 março 2023.

29 relatos por áudio selecionados entre setembro de 2020 e março de 2021 dentre as 135 condutoras na cidade de Juiz de Fora evidenciam, ainda, situações de assédio, violência e jornadas de trabalho exaustivas sejam com tarefas domésticas, com a família ou nas plataformas, exercendo trabalho remunerado.

6. PESQUISAS EM CURSO: O SETOR DE TI E O TRABALHO PRECÁRIO DAS COSTUREIRAS

6.1. Trabalhadoras em TI

Na investigação qualitativa de cunho exploratório, em andamento, Yonara Aparecida Santana investiga as relações de trabalho e comunicação dos profissionais do setor de tecnologia da informação. Faz-se, nesta oportunidade, um recorte do perfil das mulheres respondentes do formulário enviado a 217 profissionais do setor. Esses profissionais foram contatados por meio do chat do LinkedIn e receberam o formulário da pesquisa que ficou disponível no período de três meses (entre agosto e novembro de 2022). Dos 217 envios do formulário de pesquisa, 63 respostas foram obtidas. Com relação ao perfil dos respondentes, é possível afirmar que o público é majoritariamente masculino (52 respondentes, contra 8 femininos e 3 não binários) e branco. 48 (77,4%) profissionais declararam-se brancos. Pardos, amarelos e pretos somam menos de 15%. Há mais homens brancos no setor. O dado corrobora com o estudo anteriormente mencionado sobre as trabalhadoras de plataformas e também com a pesquisa Digital Skills, realizado pela Tera e Mindminers², que afirma que mulheres e pessoas negras ainda são minorias no setor.

Dentre as oito mulheres participantes da primeira etapa do estudo, uma possui idade entre 25 e 34 anos, três entre 35 e 45 anos, três entre 46 e 54 anos e uma mais de 55 anos. Questionadas sobre a sua cor, quatro disseram serem brancas, três pardas e uma negra. Todas são graduadas e três delas possuem, também, cursos de pós-graduação. Sobre os cargos citados, uma atua como assistente, quatro atuam como analistas, uma como gerente e duas como diretoras. Dentre as oito mulheres, duas mencionaram trabalhar mais de dez horas por dia e uma delas sinalizou fazer horas extras

² Valor Investe. “Mercado digital: apenas dois em cada dez profissionais são negros mostra pesquisa”. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/objetivo/empreenda-se/noticia/2022/02/08/mercado-digital-apenas-dois-em-cada-dez-profissionais-sao-negros-mostra-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 29 março 2023.

de trabalho diariamente.

Questionadas se o trabalho altera seus estados de saúde, três mencionaram que muito, uma que sempre e quatro que pouco. Contudo, metade delas afirmaram já terem se sentido tristes ou deprimidas por causa do trabalho, seis afirmaram perder a noção de tempo de descanso ao se envolverem com o trabalho, além de sete delas se sentirem pressionadas no seu dia a dia. Por fim, sete mulheres sinalizaram terem colegas de trabalho que adoeceram por causa do trabalho e cinco mulheres disseram não confiar no trabalho e na liderança realizada por seus gestores.

Na segunda fase da investigação, ou seja, na realização das entrevistas semiestruturadas com os profissionais dispostos a continuarem contribuindo com o estudo, dez conversas foram realizadas. Destas, dentre as oito mulheres, apenas uma se voluntariou e foi entrevistada.

Para a elaboração do presente artigo, no entanto, uma outra mulher que trabalha no setor soube da iniciativa das pesquisadoras e se interessou em contribuir com a averiguação. Cabe aqui, no entanto, ressaltar que a segunda entrevistada não integra a amostra da investigação acima mencionada.

6.1.1. Análise: bonecas x máquinas

Por trás dos algoritmos e dos aplicativos dessas plataformas estão os trabalhadores de TI. A categoria é composta por profissionais com boa formação educacional que precisam constantemente estudar e se atualizar sobre as novas tecnologias e linguagens de programação requisitadas, já que as novidades da área são velozes e constantes. O setor acumula posições que exigem alto grau de raciocínio lógico, aliado à capacidade de análise e síntese de informações, conhecimento do setor e habilidade para se comunicar³. Apesar das fundamentais - e lentas - mudanças sociais ocorridas nos últimos anos na luta para o combate da desigualdade dos gêneros, ainda é comum que muitas pessoas associem videogames e computadores como brinquedos para menino e bonecas para meninas. No relato sobre o exercício de suas atividades de trabalho, a entrevistada número dois afirma que as “dificuldades vieram ainda antes de chegar no setor de TI. Minha mãe foi muito resistente quando eu escolhi fazer um ‘curso de homem’”.

³ Canaltech. “O colapso pós-pandemia na área de TI: altos salários e baixa qualificação”. Disponível em: <https://canaltech.com.br/carreira/o-colapso-pos-pandemia-na-area-de-ti-altos-salarios-e-baixa-qualificacao/>. Acesso em: 29 março 2023.

O exemplo retoma a divisão sexual do trabalho e reflete os estereótipos construídos historicamente que delegam às meninas, desde muito cedo, interesses relacionados ao cuidado. Bárbara Castro, socióloga e autora de uma pesquisa de doutorado que investigou a presença feminina em TI explica que “a maneira como nossa sociedade pensa e define o que é ser mulher e o que é ser homem tem relação direta com o desenvolvimento de suas habilidades e competências”⁴ e isso também é fator decisivo para as escolhas profissionais, como comenta a entrevistada 2.

Nossa credibilidade e profissionalismo são questionadas, somos menos levadas a sério, mulheres mais objetivas são facilmente taxadas de arrogantes e é mais difícil de se enturmar, você não é chamada pro happy hour a menos que prove que é uma “mulher sem frescuras” e mesmo provando pode não ser convidada porque as companheiras dos colegas de trabalho podem não gostar. Infelizmente, essa falta de vínculo com os colegas tem seus reflexos no dia a dia de trabalho. Sinto que preciso sempre me provar mais pra ter o menor grau de credibilidade (Entrevistada 2).

No estudo realizado por Castro (2013), foi descoberto que todas as mulheres entrevistadas buscavam justificar o interesse na área de TI, tendo alguém como inspiração que já havia escolhido essa carreira e evidenciando as vantagens de se atuar no setor. Com os homens, no entanto, quando questionados sobre como e quando se interessaram por TI, eles afirmavam que sempre gostaram de tecnologia e de máquinas. Para os homens, essa área parece ser um caminho natural, enquanto para as mulheres ainda é algo a ser explorado, de acordo com a pesquisadora.

A associação do setor ao gênero masculino distância meninas e mulheres da tecnologia. Elas sofrem preconceitos ao optarem por atuar em um universo tido como masculino:

Na empresa onde trabalhei como suporte, não tinha nenhuma mulher trabalhando no setor de desenvolvimento e existia uma resistência dos sócios da empresa na contratação de mulheres para “não deixar os meninos desconfortáveis no trabalho. Eles falam muita bobagem”. Por conta da dificuldade em encontrar profissionais qualificados do sexo masculino contrataram a primeira mulher para desenvolvedora. Antes de a mulher em questão iniciar no trabalho avisaram para os meninos do desenvolvimento que contrata-

⁴ Programaria. “Por que o machismo cria barreiras para as mulheres na tecnologia?” Disponível em: <https://www.programaria.org/especiais/mulheres-tecnologia/>. Acesso em: 29 março 2023.

riam uma mulher e começaram os comentários sobre como agora eles não poderiam falar palavrão ou peidar na sala. Ainda nessa mesma empresa, tempos depois, contrataram uma mulher para (ser) gerente de desenvolvimento. Novamente, avisaram sobre a contratação de uma mulher para gerente e, dessa vez, os comentários incluíam inclusive que ela tinha feito teste do sofá (para conseguir o cargo). Pessoalmente, nunca me falaram nada muito ofensivo, mas via de regra eles falam pelas costas. A mulher atacada raramente fica sabendo. Participei de um evento de comemoração do dia da mulher e o dono da empresa pegou o microfone pra fazer piada sexista (Entrevistada 2).

A história de Ada Lovelace⁵, a primeira programadora da história, é amplamente conhecida entre aqueles que trabalham na área de TI. Há bibliografia vasta sobre o seu pioneirismo e importância por ter publicado o seu primeiro algoritmo para uma máquina computacional, em 1843. No entanto, a presença das mulheres no setor é baixa historicamente.

De acordo com um levantamento da Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro⁶, no período de 2007 a 2017, houve um aumento no número de mulheres empregadas nas atividades típicas de TI, de 21.253 para 40.492. Contudo, o percentual de mulheres empregadas diminuiu de 24,05% para 19,83%. Isso se deve ao fato de que a taxa de emprego masculino aumentou em uma proporção muito maior, de 67.106 para 163.685, representando um crescimento de 144%.

Estereótipos de gêneros arraigados e o preconceito de empregadores são alguns fatores que ilustram o motivo:

Quando fui fazer estágio, fiz todas as entrevistas, dinâmica de grupo e etc. na IBM, que é uma empresa bem grande, né? E aí eu cheguei na entrevista. Passei por todo o processo. Cheguei na entrevista e quando eu tava lá, como sou de Santos e fui para São Paulo, eu acabei chegando cedo. Eu estava na sala, esperando e a pessoa com quem eu iria fazer entrevista não sabia que eu era eu porque cheguei um pouco mais cedo. E aí ele pegou o meu currículo e jogou para a secretária dele dizendo: “eu falei que eu

⁵Derivando a matemática. “Ada Lovelace: a primeira programadora da história”. Disponível em: <http://www.ime.unicamp.br/~apmat/ada-lovelace/>. Acesso em 29 março de 2023.

⁶Softex. “Mulheres na TI: atuação da mulher no mercado de trabalho formal brasileiro de tecnologia da informação”. Disponível em: http://movimentomulher360.com.br/wpcontent/uploads/2019/05/mulheres_na_ti.pdf. Acesso em 29 março de 2023.

não queria mulher” e brigou, brigou e brigou e aí ela (a secretária) respondia: “mas quem manda é o RH. Não posso fazer nada”, porque não era ela, secretária, que mandava né? Vinha direto do RH. Então me lembro que foi um caso assim de “nossa”, né? Eu fiz a entrevista. Ele me chamou porque ele era obrigado, né? Mas óbvio que eu não passei, entendeu? Aí eu não sei se ele realmente não gostou de mim ou se realmente era porque ele não queria mulher de jeito nenhum (Entrevistada 1).

Em seus estudos, Castro (2013) ressalta ter entrevistado quatro mulheres que cursaram Ciência da Computação na década de 1970 na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). É surpreendente notar que, naquela época, as turmas eram compostas principalmente por mulheres. A área de tecnologia não era tida como um universo masculino. Foi a partir da década de 1990, com o advento da internet, que a TI se tornou fundamental para a dinâmica capitalista e as profissões relacionadas às ciências e tecnologias passaram a ser tidas como símbolos de poder e prestígio, de acordo com a socióloga.

Superada a associação histórica que vincula tecnologia e masculinidade, que diminui e desincentiva a presença feminina, as barreiras enfrentadas pelas mulheres no setor de TI não se limitam ao acesso à profissão, mas também se estendem à sua permanência no mercado de trabalho. O constante deslocamento e viagens necessários para o atendimento de inúmeros clientes e o modelo de trabalho por projetos implicam em uma flexibilização contratual, ausência de estabilidade e jornadas de trabalho longas e desreguladas, sendo esses alguns dos fatores responsáveis por diminuir o tempo de permanência das mulheres no setor. Dessa forma, as mulheres enfrentam uma série de barreiras para a ascensão profissional e o aumento salarial, além de um processo de exclusão e desvalorização.

Eu lembro uma vez, mas a muito tempo atrás, que tinha um cliente que ligava para o suporte e aí ele falava, agora não lembro exatamente, faz muito tempo, mas dava alguma conotação sexual na conversa, sabe? Uma coisa muito fora do contexto. Tive um cliente assim. Eu mantinha a conversa no que tinha que conversar e com o tempo acabou. Era alguma bobagem da cabeça dele. Era um constrangimento (Entrevistada 1).

Soft work é um termo frequentemente utilizado na área de tecnologia para descrever funções que dependem principalmente de habilidades consideradas inatas aos seres humanos, como comunicação, gestão de pessoas,

planejamento e organização de projetos - habilidades que são muitas vezes associadas às mulheres. Por outro lado, o termo *hard work* se refere a atividades que dependem de habilidades técnicas, como lógica, programação, arquitetura e infraestrutura, que são frequentemente vistas como funções masculinas. Essa divisão cria nichos de atuação para cada gênero, justificando a atuação das mulheres em determinadas funções, mas não em outras, muitas vezes as subjugando.

Teve uma vez que um chefe meu, a gente tava numa apresentação e veio um cara dos Estados Unidos fazer uma apresentação na empresa. E ele (o chefe) falou assim: “Ah, não pode fazer nenhuma pergunta para o fulano. Não quero que vocês perguntem nada”. E estavam lá (presentes) outras empresas também, parceiras nossas, e todo mundo assistindo a palestra desse americano. E eu esqueci completamente que ele falou que não era para fazer pergunta. Esqueci total. E aí ele (o norte-americano) falou um negócio X e eu fui falar, mas aí o meu chefe fez alguma coisa e eu percebi que não era para falar. Aí o norte-americano ficava perguntando “o que você quer saber?” e eu “não, não quero saber nada”. Então ficou uma situação horrível porque ficou todo mundo olhando pra mim, né? Foi muito pior do que fazer a pergunta (Entrevistada 1).

6.2. Na outra extremidade da cadeia de produção: o trabalho manual das costureiras

Visto que a pesquisa exploratória sobre costureiras subcontratadas da indústria têxtil na cidade de São Paulo desenvolvida por Mayra Castro Vizentin ainda não produziu dados primários, optou-se pelo levantamento bibliográfico sobre as costureiras e o trabalho a domicílio como objeto de investigação para a análise do trabalho tradicional.

Segundo um diagnóstico feito pelo Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS), ONU Mulheres e Ministério Público do Trabalho (MPT)⁷, o perfil das costureiras na região metropolitana de São Paulo, que concentra 12% do total de vagas do setor no país, é formado por mulheres, mães e com renda menor que dois salários-mínimos por mês, abaixo da remuneração média na indústria da moda. De uma amostra de 140 costureiras entrevistadas, menos da metade delas (45%) concluiu o ensino médio, a maioria (62,1%) realiza o

⁷ Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS). “Mulheres na confecção. Estudo sobre gênero e condições de trabalho na Indústria a Moda”. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2022/09/2022-09-relatorio-mulheres-confeccao.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2023.

trabalho em casa e 51,2% atuam de maneira autônoma, sem vínculo formal.

Como bem exposto por Abramo (2007), uma vez atribuída natural e socialmente às mulheres o trabalho doméstico e o trabalho de cuidado, para elas, conciliar as jornadas entre trabalho não remunerado e “trabalho assalariado regular” (SILVA, 2018), se torna um desafio, ainda mais quando a própria cultura corporativa reforça a divisão sexual do trabalho. Dessa forma, a alternativa do trabalho a domicílio permite a junção de ambas as funções.

Paiva Abreu (1986), em sua pesquisa com costureiras em domicílio, discorre justamente sobre a importância das formas de organização de produção alternativas para a empregabilidade das mulheres mais pobres, “especialmente em virtude do fato de permitirem combinar atividades domésticas e atividades produtivas” (ABREU, 1986, p. 29).

No entanto, quando o trabalho produtivo acontece no âmbito doméstico, as fronteiras entre a esfera privada e a esfera pública do trabalho feminino ficam menos claras, contexto tal em que parece ser mais propício que a mulher se perca entre as expectativas morais da trabalhadora e da mulher mãe, esposa, irmã e/ou filha. “No caso de mulheres casadas, tudo leva a crer que a tendência é eliminar a esfera pública” (SILVA, 2018, p. 31).

A partir dos achados de pesquisas como as realizadas por Silva e Abreu é que se pode dizer que a renda do trabalho de costureiras em domicílio é secundária no orçamento familiar, porque sua função principal ainda é trabalho doméstico e de cuidado. Pavia Abreu, em sua pesquisa com costureiras na década de 1970/80, confere, ainda, a essa secundarização a existência da oferta de trabalho para esse tipo de relação produtiva e grande disponibilidade de mão de obra.

“[A] mesma diferenciação de papéis que atribui à mulher as responsabilidades das tarefas domésticas faz com que sua participação na renda familiar seja encarada como secundária, diminuindo o custo de sua força de trabalho” (ABREU, 1986, p. 267).

Em sua pesquisa, Silva (2018), a partir dos depoimentos coletados em suas entrevistas, afirma que

não obstante o longo tempo diário dedicado à costura, ele é subordinado ao ritmo do trabalho do doméstico cotidiano, preenchendo os interstícios. De certa forma, poder-se-ia dizer que é no ‘tempo livre’, nos intervalos dos afazeres domésticos considerados indispensáveis, que a mulher costura [...] (SILVA, 2018, p. 40).

Essa interpretação necessita ser reavaliada, pois não considera que a mulher para organizar sua rotina produtiva nos afazeres domésticos e de costura intensifica e densifica seu próprio ritmo de trabalho.

Apesar disso, a renda conseguida pela mulher com o trabalho a domicílio serve de base para a complementação da renda familiar, quando os ingressos do homem diminuem, ou passam a ser insuficientes para a manutenção do padrão de vida.

Enquanto ao homem compete trabalhar no mercado de trabalho e ganhar o suficiente para manter a família, à mulher estão reservados as tarefas domésticas e o cuidado dos filhos. O trabalho de costura externa parece ser particularmente adequado enquanto tentativa de manutenção do padrão ideal, permitindo ao mesmo tempo uma contribuição monetária importante por parte da mulher (ABREU, 1986, p. 267).

Nesse ponto é possível observar também os aspectos morais que determinam o papel social da força de trabalho feminina com o trabalho doméstico e de cuidados, e o social com a contribuição da renda obtida por essas mulheres com o seu trabalho com costureiras na melhoria da qualidade de vida de suas famílias e até na ampliação do tempo de estudo dos seus filhos.

7. MULHERES - COSTUREIRAS OU PROFISSIONAIS DE TI - SOFREM DISCRIMINAÇÃO

A partir do exposto, é possível concluir que há a atribuição natural, social (moral) e afetiva (emocional) do trabalho de reprodução social, que inclui tanto o trabalho doméstico, quanto o trabalho de cuidado e implica da tendência de que as mulheres optem por desenvolver atividades de produção remuneradas que possam ser realizadas em domicílio, em setores que se valem justamente deste constructo social como forma de obter força de trabalho barata e informal, como é o caso da indústria da confecção, por exemplo.

Paiva Abreu denomina essas estruturas de “outras formas de organização da produção subordinadas ao sistema capitalismo dominante” (ABREU, 1986, p. 267). Na atual forma de organização do capital, essas organizações de produção podem ser atribuídas às estruturas das cadeias produtivas que se valem da descentralização territorial e produtiva para ampliar os lucros, também a partir de uma força de trabalho barata e informal.

Ainda que as pesquisas sobre trabalho em domicílio de costureiras utiliza-

das como base para a discussão tenham sido realizadas há 40 anos, a partir das primeiras incursões em campo, foi possível notar que as características do trabalho informal da indústria de confecção se mantêm, mesmo que se note na sociedade em geral avanços tanto no setor produtivo, quanto no ingresso da força de trabalho feminina no mercado de trabalho formal e na divisão sexual das tarefas domésticas.

No setor de tecnologia da informação, isso parece acontecer devido ao fato de ser mais difícil para as mulheres alcançarem o padrão de flexibilidade de tempo exigido pelas empresas do setor. A elas, como a todas as mulheres economicamente ativas, implicam os desafios das duplas - ou triplas - jornadas, de trabalho doméstico, de cuidado e remunerado, além da necessidade constante de afirmação em um setor extremamente masculinizado.

Assim como as costureiras, muitas vezes, o modelo home office é atrativo para as profissionais do setor de tecnologia da informação como alternativa para se manterem presentes na rotina dos filhos e do cuidado doméstico, podendo condicionar as profissionais a terem que executar o trabalho profissional durante à noite e madrugada, reduzindo assim o tempo livre e de descanso.

8. CONCLUSÃO

Fato é que, as mulheres no geral, independente da área que atuem, enfrentam maiores dificuldades em estabelecer os limites entre espaço (posição) e tempo de trabalho profissional e espaço e tempo das demais atividades (disposição), por causa da forma desigual como se dá a divisão do trabalho doméstico e de cuidado entre os sexos.

A divisão sexual do trabalho não se limita apenas aos conflitos entre o trabalho produtivo e de reprodução social, mas também se reflete nos papéis e funções sociais associados a homens e mulheres. Entre casais heterossexuais, é comum que mesmo quando os homens compartilham as tarefas domésticas, ainda é a mulher a responsável pelo planejamento das agendas e tarefas dos filhos e da organização do lar, gerando uma carga mental significativa ao dia a dia das trabalhadoras, reforçando a desigualdade de tempo dedicado por elas às demandas da vida privada.

Pode-se concluir, então, que no caso da indústria têxtil e de confecção das empresas de *fast fashion* em São Paulo, o trabalho a domicílio, ou realizado

em contexto doméstico, faz parte da estrutura organizativa da cadeia, que tem como características a necessidade da flexibilidade da força de trabalho e da sazonalidade, elementos que podem também ser observadas em empresas de tecnologia da informação, ainda que a presença da força de trabalho feminina seja maior no primeiro caso.

Entretanto, conforme as análises apresentadas, em ambos os setores é possível notar similaridades na incorporação da força de trabalho feminina, que segue sendo desvalorizada e rebaixada. O reforço dessas condicionantes atende unicamente ao aprofundamento da exploração da classe trabalhadora feminina, ao aumento do capital industrial e financeiro, e a manutenção das estruturas patriarcais através da proliferação e manutenção de discursos que reforçam a máxima de que trabalho não-pago é amor.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Laís Wendel. **A inserção da mulher no mercado de trabalho: uma força de trabalho secundária?** Tese (Sociologia), Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

ABRAMO, Lais A. **Um olhar de Gênero: visibilizando precarizações ao longo das Cadeias de Produção. Gênero e trabalho na sociologia latino-americana.** São Paulo/Rio de Janeiro: ALAST, p. 39-61, 1998.

ABREU, Alice Rangel de Paiva. **O Averso da moda: trabalho a domicílio na indústria de confecção.** São Paulo: Ed. Hucitec, 1986.

ASSOCIAÇÃO para Promoção da Excelência do Software Brasileiro. **Mulheres na TI: atuação da mulher no mercado de trabalho formal brasileiro em Tecnologia da Informação**, 2019. Disponível em: https://movimentomulher360.com.br/wp-content/uploads/2019/05/mulheres_na_ti.pdf. Acesso em: 29 mar. 2023.

BERTÃO, Naiara. Mercado digital: Apenas dois em cada dez profissionais são negros, mostra pesquisa. **Valor Investe**, 2022. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/objetivo/empreedase/noticia/2022/02/08/mercadodigital-apenas-dois-em-cada-dez-profissionais-sao-negros-mostra-pesquisa.ghml>. Acesso em: 29 mar. 2023.

BRUSCHINI, C. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho

não-remunerado? **Revista Brasileira de Estudos de População**, v.23, n.2, p.331-353, 2006. Disponível em: <https://www.rebep.org.br/revista/article/view/221>. Acesso em: 05 abr. 2023.

CASTRO, B. **Afogados em contratos**: o impacto da flexibilização do trabalho nas trajetórias dos profissionais de TI. Orientador: ARAÚJO, A. M. C. 2013. 388 f. (Tese de Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

D'ANGELO, Fernando. O colapso pós-pandemia na área de TI: altos salários e baixa qualificação? **Canaltech**, 2021. Disponível em: <https://canaltech.com.br/colunas/o-colapso-pos-pandemia-na-area-de-ti-altos-salarios-e-baixa-qualificacao/>. Acesso em: 29 mar. 2022.

FIGARO, Roseli. **Relações de comunicação no mundo do trabalho**. São Paulo: AnnaBlume, 2008.

FIGARO, Roseli. **Comunicação e trabalho**: Estudo de recepção: o mundo do trabalho como mediação da comunicação. São Paulo: Anita Garibaldi/Fapesp, 2001.

GROHMANN, R. A Comunicação na Circulação do Capital em Contexto de Plataformização. **Liinc Em Revista**, 16(1), e5145, 2020. <https://doi.org/10.18617/liinc.v16i1.5145>

GUIMARÃES, Nadya Araujo; VIEIRA, Priscila. “As ‘ajudas’: o cuidado que não diz seu nome”. **Estudos Avançados**, 34(98), 2019, p. 7- 23.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2022**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html>. Acesso em: 29 de março 2023.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual o trabalho e relações sociais o sexo. In: HIRATA, Helena (Org.); LABORIE, Françoise (Org.); LE DOARÉ, Hélène (Org.); SENOTIER, Danièle (Org.) **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009. p.67-75.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1993.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MEDEIROS, Marcelo & PINHEIRO, Luana Simões. “Desigualdades de gênero em tempo de trabalho pago e não pago no Brasil, 2013”. **Revista Sociedade e Estado** – Volume 33, Número 1, janeiro/abril 2018.

MILKMAN, Ruth; TOWNSLEY, Eleanor. **Gender and the Economy**. The handbook of economic sociology, 1994, p. 600-619.

MOLINIER, Pascale. Antes que todo, el cuidado es un trabajo. In: Luz Gabriela Arango & Pascale Molinier (eds.) **El Trabajo y la Ética del Cuidado**. Medellín: La Carreta Editores, 2011, p.45-64.

PROGRAMARIA. **Por que o machismo cria barreiras para as mulheres na tecnologia**. Disponível em: <https://www.programaria.org/especiais/mulheres-tecnologia/>. Acesso em: 29 mar. 2023.

UNICAMP. Ada Lovelace: a primeira programadora da história. **Derivando a Matemática**. Disponível em: <http://www.ime.unicamp.br/~apmat/ada-lovelace/>. Acesso em 29 março de 2023.

UNOPS; ONU MULHERES; MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO (MPT). **Mulheres na Confecção**: Estudo sobre gênero e condições de trabalho na Indústria da Moda. Versão atualizada em 22/09/2022. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2022/09/2022-09-relatorio-mulheres-confeccao.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2023.

SCHWARTZ, Y. DURRIVE, L. **Trabalho e ergologia**. Conversas sobre a atividade humana. Niterói: UFF, 2007.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. **A oposição entre o trabalho doméstico e o trabalho feminino remunerado**. In: CAVALCANTI, Mariana; MOTTA, Eugênia; ARAUJO, Marcella (Org.). O mundo popular: trabalho e condições de vida. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018, p. 29-44.

SILVA, N. B. **Mulher e universidade**: a longa e difícil luta contra a invisibilidade. In: Conferência Internacional Os Sete Saberes Necessários à Educação do Presente, 2010, Fortaleza. Anais da Conferência Internacional sobre os Sete Saberes, 2010.

SOFTEX. Mulheres na TI: atuação da mulher no mercado de trabalho formal brasileiro de tecnologia da informação. **Softex**, 2019. Disponível em: https://movimentomulher360.com.br/wpcontent/uploads/2019/05/mulheres_na_ti.pdf. Acesso em 29 março de 2023.

SRNICEK, Nick. **Capitalismo de plataformas**. Buenos Aires: Caja Negra Editora, 2018.

T. PEREIRA, Maria Júlia; ARRIBAS, Célia; MOREIRA CARDOSO, Ana Claudia. Plataformização do trabalho e empoderamento feminino: descompassos entre discursos e práticas. **Revista Ciências do Trabalho**. Trabalho em Plataformas Digitais II ano 2022. Disponível em: <https://rct.dieese.org.br/index.php/rct/article/view/293>. Acesso em: 29 mar. 2023.

ⁱ Mestranda em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (PPGCOM-ECA-USP), especialista em Marketing (MBA) pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo e graduada em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie - bolsista do Programa Universidade para Todos, ProUni. Integrante do Centro de Pesquisa Comunicação e Trabalho (CPCT) da ECA/USP.

Orcid: <http://orcid.org/0009-0002-2978-9730>

E-mail: mayracastrov@usp.br

ⁱⁱ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (PPGCOM-ECA-USP), especialista em Mídia, Informação e Cultura pelo Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação (CELACC-USP) e bacharel em Jornalismo pela Faculdade Paulus de Tecnologia e Comunicação (FAPCOM). Integrante do Centro de Pesquisa Comunicação e Trabalho da ECA/USP.

Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-1176-1417>

E-mail: yonara.santana@usp.br

ⁱⁱⁱ Professora titular da Universidade de São Paulo (USP), bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq, Nível 2. Possui estágio de pesquisa pós-doutoral no CIESPAL (2016) e pós-doutorado pela Universidade Aix-Marseille, França (2007), doutorado (1999) e mestrado (1993) em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo; e graduação em Jornalismo pela Faculdade de Comunicação Social Casper Líbero (1981). É coordenadora do Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho (CPCT).

Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-9710-904X>

E-mail: roseli.figaro@gmail.com

Artigo recebido em: 06 abr. 2023. | Artigo aprovado em: 25 maio 2023.